**EDITAL**

**EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO N° 2431/2026**

**CONTRATANTE - UASG: 450161 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**PE DGA/NÚMERO CONTROLE INTERNO UASG 90431/2026**

**PROCESSO Nº 01-P-42907/2025**

**OBJETO: Contratação de serviços de Controle de Pombos**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço**

**MODO DE DISPUTA: Aberto**

**PARTICIPAÇÃO: Ampla**

**REGIME DE CONTRATAÇÃO: Empreitada por preço global**

**DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/11/2026**

**HORÁRIO: 09:00**

**PREGOEIRO(A):NATALIA ASSIMEN DE QUEIROZ (Titular) - LILIAN PATRICIA BARBOSA MAGGIOTTO (Suplente)**

Torna-se público que a Universidade Estadual de Campinas, por meio da Divisão do Centro de Serviços de Compras da Diretoria Geral de Administração, sediada na Praça das Bandeiras, 45, Quadra 2, Prédio 1, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é a prestação do serviço de Contratação de serviços de Controle de pombos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

## 2. Da participação na licitação

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5.1. Para o item 1 a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.2. O licitante vencedor do certame deverá promover a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato, nos termos do § 3º do art. 15, da Lei nº 14.133 de 2021.

## 3. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 4. Do preenchimento da proposta

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

5.8.1. A aplicação do percentual mínimo entre os lances incidirá sobre o valor total da proposta.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou de ofício pelo próprio Pregoeiro, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de habilitação.

## 6. Da fase de julgamento

6.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sanções, mantido pelo Governo do Estado de São Paulo (https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/aspx/sancoes.aspx);

6.1.6. Relação de Apenados, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados).

6.1.7. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx); e



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá´ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 7. Da fase da habilitação

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 8. Dos recursos

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no e-mail: csc.licitacao@dga.unicamp.br

## 9. Das infrações administrativas e sanções

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. O recolhimento da multa dar-se-á na forma indicada na Resolução GR-019/2023, de 23/03/2023, a qual regulamenta a forma de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNICAMP e que pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: https://www.pg.unicamp.br/norma/31521/0.

9.4.1. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

direito a Contratada.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da UNICAMP.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 10. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: csc.licitacao@dga.unicamp.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

certame.

## 11. Das disposições gerais

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

11.11. Os casos omissos da presente licitação serão solucionados pelo Pregoeiro.

11.12. Para agilizar os procedimentos relativos ao empenhamento das despesas


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

resultantes das futuras contratações, recomenda-se que o licitante informe, na proposta, a Agência do Banco do Brasil S/A em que mantém conta corrente, bem como o seu número, para que os pagamentos ocorram em conformidade com o disposto neste Edital.

11.13. As propostas sem a expressa indicação de prazos e/ou condições estabelecidas neste Edital serão consideradas ratificadas, nos termos do presente, pelos licitantes.

11.14. Com a apresentação da proposta, a proponente assume, independentemente de Declaração que:

11.14.1. tem ciência dos impedimentos à contratação com a Universidade Estadual de Campinas, previstos na Lei estadual nº 12.799/08 – CADIN ESTADUAL;

11.14.2. tem pleno conhecimento das disposições contidas no Edital e seus Anexos, bem como no Manual da Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr/DGRH (disponível no site https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf.

11.15. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outro seja.

11.16. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E. e nos endereços eletrônicos: https://doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

11.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.17.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.17.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

## 12. Responsáveis



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

**TERMO DE REFERÊNCIA**
**SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS**
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**TÉCNICO**

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de Controle de Pombos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 1 | **Contratação de empresa especializada para controle de pombos.**<br><br>Hospital de Clínicas - HC: 80.860,00 m² / mês<br>Hospital da Mulher - CAISM: 18.416,05 m² / mês<br><br>CÓD. ITEM: 966343 | 20699 | m² | **1.191.312,6** |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como de natureza comum.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, conforme Decreto nº 67.985 do Estado de São Paulo, de 27 de setembro de 2023.

### 1.4. Vigência da contratação

1.4.1. A vigência obedecerá às condições contidas no Item 6.1. e subitens deste Termo de Referência.

1.4.2. O detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência consta do contrato.

### 1.5. Subcontratação

1.5.1. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O controle de pombos em instituições de saúde é uma medida essencial para a prevenção de problemas de saúde pública, uma vez que essas aves atuam como vetores de doenças e parasitas, além de causarem danos estruturais em prédios e instalações. Doenças como criptococose, histoplasmose, salmonelose e ornitose são transmitidas pelas fezes secas e penas desses animais, representando risco para pacientes e funcionários, especialmente em ambientes com baixa imunidade. Atualmente o Hospital de Clínicas e o CAISM sofrem uma grave infestação destas aves, as quais estão alojadas em telhados, parapeitos de janelas, nas lajes, sobre os aparelhos externos de ar condicionado, entre outros. Assim, a necessidade de um efetivo controle de pombos vai além da estética e manutenção. É uma ação crítica para reduzir o risco de infecções hospitalares e garantir a segurança dos pacientes.

2.1.1. No Hospital de Clínicas e no Hospital da Mulher - CAISM onde a saúde e o bem-estar dos pacientes são prioritários, é fundamental monitorar e controlar a presença de pombos, uma vez que suas fezes podem contaminar o ambiente e impactar os sistemas de ventilação, aumentando a disseminação de patógenos e comprometendo a saúde pública.

2.1.1.1. Além dos riscos à saúde, a presença de pombos pode causar danos materiais significativos às instalações dos hospitais. As fezes corrosivas podem danificar estruturas, equipamentos e

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A15451E767845DA946287D2436EE902E

sistemas elétricos, resultando em custos substanciais de reparo e manutenção. Isso pode afetar negativamente as operações dos hospitais e comprometer a segurança dos pacientes e funcionários.

2.1.1.1.1. Ainda, como instituição de saúde, o Hospital de Clínicas e o CAISM estão sujeitos a regulamentações rigorosas de saúde e segurança que exigem medidas proativas para prevenir e controlar riscos ambientais. Isso inclui a implementação de práticas de controle de pragas eficazes para minimizar a presença de vetores de doenças, como os pombos.

2.1.1.1.1.1. Com base nessas considerações, a contratação de uma empresa especializada em controle de pombos é uma medida crucial para mitigar os riscos à saúde pública, proteger o ambiente hospitalar e garantir a conformidade com as regulamentações de saúde e segurança no Hospital de Clínicas e Hospital da Mulher - CAISM. Tal contratação permitirá também, uma avaliação abrangente das instalações, a implementação de estratégias de controle de pragas adequadas, oferecendo soluções de longo prazo para a manutenção do ambiente livre de pombos e seus riscos associados.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, por meio da demanda nº 2915 (HC) e 9793 (CAISM), conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

### 3.1. Descrição da Solução

3.1.1. A contratação visa implementar um sistema de controle e manejo de pombos em áreas de risco do hospital, buscando a eliminação ou redução significativa da presença dessas aves em locais onde representam ameaças à saúde e à segurança. O controle de pombos se justifica pela necessidade de prevenir problemas como:

3.1.1.1. Riscos de transmissão de doenças associadas a pombos, que podem impactar a saúde de pacientes e colaboradores.

3.1.1.2. Possíveis danos à estrutura do prédio e ao sistema de ventilação.

3.1.1.3. Preservação do asseio e da aparência dos ambientes hospitalares, fundamental para a imagem institucional.

### 3.2. Solução Proposta

3.2.1. Para o controle e manejo efetivo dos pombos, a empresa contratada deverá fornecer métodos seguros e éticos que evitem a proliferação das aves. Os métodos deverão incluir:

3.2.1.1. Instalação de barreiras físicas, como redes, telas protetoras e espículas;

3.2.1.2. Aplicação de gel repelente em pontos estratégicos e locais abertos onde há grande incidência de pouso e permanência das aves;

3.2.1.3. Uso de repelentes visuais, conforme recomendação técnica;

3.2.1.4. Monitoramento e manutenção contínua das áreas protegidas;

3.2.1.5. Limpeza e desinfecção das áreas afetadas pelas aves e locais de abrigo;

3.2.1.6. Desinsetização feita com pulverização líquida, tendo os piolhos de pombos como pragas alvo;

3.2.1.7. Fechamento físico de todos vãos do telhado para que os pombos não voltem a ocupar o local em que foi realizado o trabalho de retirada dos mesmos.O fechamento poderá ser realizado de acordo com a realidade do local, utilizando - se telas, redes, espuma expansiva, entre outras;

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A15451E76F8452FA946287D2436EE9902E

3.2.1.8. Inspeção periódica para identificar tentativa de construção de novos ninhos, em visitas mensais, entre 7:00h às 17:30h, de segunda a sexta - feira, conforme cronograma aprovado pelo representante do Hospital de Clínicas e Caism;

3.2.1.9. Segregação, armazenar, transportar e destinar, para tratamento final, os resíduos provenientes das atividades, com tratamento final específico para resíduos de saúde Grupo A;

3.2.1.10. Realizar o descarte de material infectante com emissão de MTR e CDF;

3.2.1.11. Fornecer um plano de acompanhamento e monitoramento periódico, com visitas regulares para avaliar a situação, adaptar estratégias e garantir que as soluções aplicadas permaneçam eficazes ao longo do tempo.

**3.3. Manutenção e Assistência Técnica**

3.3.1. A empresa contratada deverá realizar a manutenção periódica dos dispositivos instalados e, se necessário, assistência técnica em caso de falhas ou desgastes nos métodos de controle, contemplando as seguintes ações:

3.3.2. Revisões e limpezas trimestrais dos dispositivos, para garantir eficácia contínua e higiene dos ambientes.

3.3.3. Substituição de peças desgastadas ou danificadas.

3.3.4. Disponibilidade de suporte técnico com resposta em até 24 (vinte e quatro) horas após o acionamento.

3.4. A escolha de uma solução especializada em controle de pombos é baseada na necessidade de garantir um ambiente hospitalar livre de vetores de doenças, além de proteger estruturas físicas. A presença de pombos pode impactar diretamente a segurança e a saúde no ambiente hospitalar, especialmente em áreas externas e locais de circulação.

3.5. Optar por um controle profissional e contínuo, com manutenção e assistência técnica incluídas, representa um investimento que previne custos com danos estruturais e possíveis tratamentos de doenças ocasionadas pelo contato com as aves. Além disso, a manutenção programada evita gastos emergenciais que poderiam ser necessários em caso de falhas nos dispositivos instalados.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. Qualificação Técnica**

4.1.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) Registro do profissional responsável técnico junto ao conselho da categoria para o exercício das funções;

a.1) O responsável técnico pelo acompanhamento dos serviços, deverá ser profissional de nível superior, sendo: químico, biólogo, farmacêutico, engenheiro químico, engenheiro agrônomo ou engenheiro ambiental, com certificação comprovada, com treinamento específico na área, mantendo-se atualizado, devidamente habilitado no respectivo conselho de classe profissional, que é o responsável direto pela execução dos serviços; treinamento da equipe técnica, pela aquisição de produtos saneantes desinfestantes e equipamentos; orientação de forma correta de aplicação dos produtos no cumprimento das tarefas inerentes ao controle de vetores e pragas urbanas; e por possíveis danos que possam vir ocorrer à saúde e ao meio ambiente.

4.1.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

4.1.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A15451E76F84152FA946287D2436EE902E

competente no Brasil.

4.1.3. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.1.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.1.3.1.1. Comprovar a prestação de serviço de controle de pombos como parcela de maior relevância em 44.200 m², sendo que a comprovação poderá ser efetivada pela somatória de atestados, desde que simultâneos. Ou seja, o atestado de capacidade técnico-operacional deverá comprovar a execução de no mínimo 50% da metragem constante no item 1.1 deste termo de referência.

4.1.3.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.1.3.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.1.3.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**4.2. Indicação de marcas ou modelos de bens entregues na execução do serviço (art.41, inciso I da Lei nº 14.133 de 2021)**

4.2.1. Não se aplica à presente contratação.

**4.3. Da vedação da utilização de marca ou produto na execução do serviço**

4.3.1. Não se aplica à presente contratação.

**4.4. Da exigência da apresentação de documentação complementar pela licitante vencedora**

4.4.1. O envio da proposta implicará o pleno e inequívoco entendimento de que a licitante reúne condições de apresentar os seguintes documentos, caso seja a vencedora da fase de lances:

a) Alvará de Funcionamento;

b) Certificado de regularidade IBAMA;

c) Licença Ambiental IBAMA;

d) Certificado NR35 para trabalho em altura.

4.4.1.1. A documentação deverá ser enviada para o e-mail centraldoc@dga.unicamp.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, após o encerramento da sessão pública, para conferência e sua juntada aos autos do processo da contratação.

4.4.1.2. A documentação original ou por cópia autenticada ou simples, juntamente com o original para cotejo, poderá ser solicitada por essa Administração, a seu critério, a qual deverá ser entregue no endereço constante no preâmbulo do edital.

4.4.4.1.2.1. Documentos autenticados eletronicamente em substituição à cópia autenticada ou simples serão aceitos desde que demonstrada a utilização de certificação ICP-Brasil.

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A15451E761784152FA946287D2436EE9104E

4.4.1.3. Referida documentação deverá estar válida no momento de sua apresentação e de toda a execução do instrumento contratual.

4.4.1.3.1. No caso de a validade expirar no decorrer desse período, deverá ser providenciada a sua revalidação em tempo hábil para não haver prejuízo na entrega do objeto. Os documentos revalidados deverão ter as respectivas cópias encaminhadas à Divisão de Contratos da Diretoria Geral da Administração da UNICAMP.

4.4.1.4. A não apresentação da documentação ou a sua entrega em desacordo com o objeto licitado ensejará a aplicação de penalidades previstas neste edital.

**4.5. Da exigência de carta de solidariedade**

4.5.1. Não se aplica à presente contratação.

**4.6. Vistoria**

4.6.1. Não será exigida a obrigatoriedade de visita técnica preliminar. No entanto, a empresa interessada poderá solicitar a inspeção no local caso a complexidade do objeto demande uma avaliação *in loco*.

4.6.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6.3.1. A vistoria deverá ser agendada com os representantes da unidade, nos seguintes contatos:

4.6.3.1.1. Serviço de Hotelaria Hospital de Clínicas: shothc@unicamp.br Fones (19) 3521-8324/ (19) 3521-7731.

4.6.3.1.2. Serviço de Hotelaria - Hospital da Mulher - CAISM: transportes@caism.unicamp.br Fones: (19) 3521-9504/3521-9394.

4.6.4. A não realização da vistoria não constituirá impedimento à participação no certame, nem poderá ensejar a inabilitação da licitante.

4.6.5. O interessado que optar por não realizar a vistoria deverá considerar, para fins de elaboração de sua proposta, todas as condições e características necessárias à execução do objeto, não podendo pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

**4.7. Preposto**

4.7.1. Não se aplica à presente contratação.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Condições de execução**

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. Prazo de execução do objeto:

5.1.1.1.1. 05 (cinco) dias úteis da assinatura do instrumento contratual: realização de reunião

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C83A1451E76F8452A946287D2436EB902E

inicial com os Serviços de Hotelaria do Hospital de Clínicas e CAISM para alinhamento dos detalhes do serviço, incluindo apresentação de cronogramas de prestação de serviços, com dias e horários estabelecidos. Contatos para agendamento da reunião inicial:

a) Serviço de Hotelaria Hospital de Clínicas: shothc@unicamp.br Fones (19) 3521-8324/3521-7731.

b) Serviço de Hotelaria do Hospital da Mulher - CAISM: transportes@caism.unicamp.br Fones (19) 3521-9504/352-1394.

5.1.1.1.2. 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do instrumento contratual: Início da execução do serviço de controle de pombos, conforme cronograma aprovado pelo representante dos Serviços de Hotelaria do Hospital de Clínicas e CAISM.

5.1.1.2. A descrição detalhada do cronograma, métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade necessários para a boa execução dos serviços constam do Anexo I deste Termo de Referência.

**5.2. Local e horário da prestação dos serviços**

5.2.1. Os endereços e horários para a prestação dos serviços constam detalhados no Anexo I deste Termo de Referência.

**5.3. Materiais a serem disponibilizados**

5.3.1. A empresa deverá dispor de materiais e equipamentos conforme avaliação de cada necessidade para o adequado controle de pombos, visando criar barreira física para o fechamento/vedação de frestas e estruturas, para impedir o acesso de pombos, como espículas, redes, telas e fios de nylon, nas quantidades necessárias para o efetivo controle de pombos nas áreas contratadas. Os materiais devem possuir modelo, composição material e tecnologia adequadas para o efetivo controle.

**5.4. Recebimento**

5.4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados do ato da comunicação ou da constatação da prestação dos serviços integral ou da parcela executada a que se refere ao objeto, para efeito de verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo especificadas no Termo de Referência, instrumento contratual e proposta da empresa.

5.4.2. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.4.2.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado de recebimento onde conste todas as eventuais pendências ou incorreções apuradas na execução do objeto ou da parcela.

5.4.2.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.4.2.3. A fiscalização não efetuará o recebimento definitivo da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

5.4.2.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A4545E767845DA946287D2436EE902E

testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.4.2.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e no instrumento contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.4.2.6. Sanadas as eventuais incorreções ou inconsistências na execução do objeto, o fiscal ou comissão designada pela autoridade competente verificará a qualidade e a quantidade do serviço, comunicando a contratada para que emita a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, providenciando o ateste/recebimento definitivo

5.4.3. O recebimento definitivo integral ou da respectiva parcela executada será realizado no prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo [detalhado] de recebimento e apresentação da respectiva Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

5.4.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.4.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**5.5. MEDIÇÃO**

5.5.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III deste Termo de Referência.

**5.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.6.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Campinas, 2 de setembro de 2026.

Fayola Oron Pinheiro de Oliveira
Coordenadora de Serviço Serviço de Hotelaria/DSG
Hospital de Clínicas
Matrícula: 300627

Ricardo Nascimento Tronchin
Coordenador do Serviço de Hotelaria
Divisão de Gestão de Infraestrutura e Abastecimento
Hospital da Mulher - CAISM
Matrícula: 304210

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C83A1451E761784152FA946287D2436EE9902E

**TERMO DE REFERÊNCIA**
**SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS**
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

Antonio Cesar da Silva
Supervisor da Seção de Transportes
Coordenadoria do Serviço de Hotelaria
Divisão de Gestão de Infraestrutura e Abastecimento
Hospital da Mulher - CAISM
Matrícula: 297513

Josiane Nazareth Benedito Everton
Divisão de Planejamento e Suprimentos
Hospital de Clínicas
Matrícula: 329364

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C83A1451E761784152FA946287FD2436EE9102E

## ANEXO I

### 1.1. Normas Técnicas e Execução dos Serviços

1.1.1. O controle de pombos no hospital deve ser realizado de acordo com as normas de biossegurança estabelecidas, incluindo o uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), pelos funcionários da empresa contratada, a correta manipulação e descarte de produtos químicos e a adoção de medidas para minimizar o impacto ambiental.

1.1.2. A empresa deverá dar garantia dos serviços prestados, utilizar produtos com registro no Ministério da Saúde e atender as exigências e normas, inclusive de segurança e ambientais, quando instituídas pelas Agências e Órgãos Oficiais reguladores e/ou fiscalizadores.

1.1.3. A Contratada deverá assegurar o controle da população de pombos durante a vigência do contrato.

1.1.4. A Contratada deverá atender às exigências relativas à segurança, higiene e saúde do trabalhador, procedimentos internos à Universidade, assim como as regras estabelecidas pela legislação vigente, devendo participar do treinamento denominado Integração de Segurança do Trabalho, na Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr, seguindo as orientações contidas no Manual de Segurança do Trabalho disponível em: https://www.dgrh.unicamp.br/produtos-e-servicos/documentos/manuais/man_dsso_seguranca.pdf

1.1.5. O Início da execução do serviço se dará em até 05 (cinco) dias a partir da assinatura do contrato.

1.1.6. Deverão ser agendadas antecipadamente com o Serviço de Hotelaria do Hospital de Clinicas e Serviço de Hotelaria do Hospital da Mulher - CAISM reunião de início da prestação de serviços. O agendamento deverá ser feito nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 17:00h.

1.1.6.1. Contatos:

- Serviço de Hotelaria Hospital de Clínicas: shothc@unicamp.br Fones (19) 35218324/ (19)3521 - 7731
- Serviço de Hotelaria - Hospital da Mulher - CAISM: transportes@caism.unicamp.br Fones: (19) 35219504.35219394

### 1.2. Planejamento e Monitoramento

1.2.1. A Contratada deverá, em até 05 (cinco) dias úteis após a data de vigência do contrato, apresentar à Contratante um plano de monitoramento e controle de pragas, contendo:

1.2.1.1. Cronograma anual de execução dos serviços, contemplando a totalidade da metragem e distinguindo vistorias e ações em periodicidades mensais e semanais.

1.2.1.2. Locais de aplicação, incluindo áreas críticas, semi-críticas, externas, telhados e áreas superiores.

1.2.1.3. Técnicas de aplicação, tipos de produtos a serem utilizados e periodicidade das ações.

1.2.1.4. O plano deverá ser submetido para aprovação do Serviço de Hotelaria do Hospital de Clínicas e Hospital da Mulher - CAISM e o cronograma será definido em conjunto com a Contratante, considerando os horários e datas que melhor atendam às suas necessidades.

1.2.2. Fornecer à Contratante, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do início da vigência do contrato:

1.2.2.1. Relação nominal de todos os equipamentos de proteção individual a serem utilizados na realização dos serviços.

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A15451E76F84152FA946287D2436EE9104E

1.2.2.2. Relação nominal de todos os materiais, utensílios e equipamentos de sua propriedade, a serem usados nos serviços. Tais itens deverão estar identificados com número de patrimônio da contratada.
1.2.2.3. Relação nominal de todos os produtos químicos com os respectivos registros na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), publicação em Diário Oficial e ficha técnica de segurança dos produtos (FISQP).

1.2.2.3.1. Os produtos utilizados pela empresa deverão possuir registro na DISAD – Divisão de Saneantes Domissanitários do Ministério da Saúde.

1.2.3. Prestar os serviços com técnicas dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, fornecendo, todos os insumos inerentes à perfeita prestação de serviços, os quais incluem mão de obra qualificada, produtos, materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios necessários para a execução dos serviços nas áreas.

1.2.4. A empresa deve realizar avaliação periódica e monitoramento dos resultados do controle de pombos, realizar inspeção regular, elaborar relatório de atividades e ações corretivas quando necessário. Os relatórios devem ser enviados mensalmente ao fiscal do contrato.

**1.3. Qualificação e Conduta dos funcionários e seu acompanhamento.**

1.3.1. Dimensionar e manter funcionários para realizar os serviços em número suficiente, de forma a cumprir as obrigações assumidas para executar as atividades.

1.3.2. Selecionar e preparar tecnicamente os funcionários que irão prestar os serviços, encaminhando-os com nível de instrução compatível com a função a ser exercida, bem como encaminhando os funcionários portadores de atestados de suas funções, devidamente registrados em suas carteiras de trabalho.

1.3.3. Os funcionários da empresa precisam ter capacitação técnica sobre normas de biossegurança, incluindo as específicas para ambiente hospitalar.

1.3.4. Manter todos os funcionários devidamente uniformizados, portando crachá com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual EPI's. Não será autorizada a permanência de funcionários sem identificação profissional.

1.3.5. Elaborar por escrito todos os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) e juntar as fichas de segurança (FISPQ) dos produtos/ agentes utilizados nos processos de trabalho e apresentar ao gestor da Contratante.

1.3.5.1. A utilização de produtos químicos nesse hospital, deverá ser de conhecimento do Centro de Informação e Assistência Toxicológica - CIATox e Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr, da Contratante.

1.3.5.2. É vedado à Contratada, em qualquer hipótese, vir a testar produtos ou colocá-los em uso sem a avaliação e autorização de gestores da Contratante e do Centro de Informação e Assistência Toxicológica - CIATox.

1.3.5.3. No Procedimento Operacional Padronizados (POP) devem estar descrito: Armazenamento, preparo dos desinfestantes domissanitários, métodos de aplicação, uso e cuidados na manutenção dos equipamentos, técnicas no preparo e aplicação, manuseio e descarte das embalagens vazias e outros resíduos e das demais atividades.

1.3.6. Elaborar Programa de Capacitação e Desenvolvimento Profissional Continuado através de treinamento admissional e com periodicidade semestral, emitindo previamente à Contratante cronograma anual, com conteúdo programático. Após o término de conclusão de cada treinamento enviar relatório com a avaliação final e cópia da lista de presença. Conteúdo mínimo do Programa de Capacitação Profissional de Educação Continuada:

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A15451E767845DA946287D2436EB904E

1.3.6.1. Apresentar as normas da empresa e da CONTRATANTE;

1.3.6.2. Cumprir as legislações vigentes da proibição de tabagismo nas dependências do hospital;

1.3.6.3. Ministrar e enfatizar os princípios de higiene pessoal; postura profissional dentro da instituição de saúde e normas de segurança;

1.3.6.4. Orientar o programa de imunização;

1.3.6.5. Orientar o uso de E.P.I., E.P.C. e Sinalização;
1.3.6.6. Instruir e enfatizar Precauções Padrão;

1.3.6.7. Dar noções sobre manejo dos Resíduos de Serviços de Saúde, de acordo com RDC ANVISA 306, CONAMA 358 e NR 32 e demais legislações em vigor;

1.3.6.8. Orientações sobre o funcionamento dos serviços, responsáveis pelas áreas;

1.3.6.9. Conhecimento da legislação ambiental, vigilância sanitária referente ao controle integrado de pragas e pombos;

1.3.6.10. Orientações sobre biossegurança;

1.3.6.11. Identificação das classes de resíduos;

1.3.6.12. Medidas de prevenção no caso de ocorrências de acidentes, incidentes e situação de emergências;

1.3.6.13. Orientação e cuidados com EPI's e EPC's específicos para as atividades;

1.3.6.14. Orientação sobre: higiene pessoal, princípios básicos sobre infecção, prevenção de infecção;

1.3.6.15. Riscos ocupacionais e específicos na manipulação dos produtos químicos e outros que couberem.

1.3.7. Designar responsável técnico pelo acompanhamento e execução dos serviços, com equipamento que permita comunicação ágil e rápida por parte do gestor do contrato, como sistemas tipo rádio chamada, telefone ou similares.

1.3.8. Os profissionais da Contratada deverão subordinar-se a um Responsável Técnico da Contratada, devidamente registrado no órgão competente e indicado pela Contratada por escrito à Contratante.

1.3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de seus funcionários das normas disciplinares determinadas pelo Contratante, descritas no Manual de Segurança da Divisão de Segurança do Trabalho DSTr / UNICAMP, acessível em https://www.dgrh.unicamp.br/produtos-e-servicos/documentos/manuais/man_dsso_seguranca.pdf

1.3.10. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando imediatamente após notificação da Contratante, qualquer funcionário com conduta considerada inadequada.

1.3.11. Instruir os seus funcionários quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante no cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho como prevenção de sinistro e risco ocupacional.

1.3.12. Exercer efetivo controle sobre a assiduidade, disciplina e a pontualidade de seus funcionários. É proibido aos funcionários, a execução de quaisquer atividade/ serviço que não seja o específico da sua função.

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A15451E76F84152FA946287D2436EE902E

1.3.13. Assumir as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento de seus funcionários por qualquer acidente de trabalho ou mal súbito, durante a prestação de serviços.

1.3.14. Os condutores dos veículos deverão apresentar habilitação profissional e os seus devidos registros nos órgãos competentes.
1.3.15. Instruir os seus funcionários quanto às necessidades de acatar as orientações da CONTRATANTE no cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho como prevenção de sinistro e risco ocupacional.

1.3.16. Os serviços só poderão ser executados pelos funcionários da Contratada após comprovação de treinamento técnico, que deverá ser apresentado à Contratante.

**1.4. Segurança e Gestão Ambiental.**

1.4.1. Os produtos utilizados deverão ser de  qualidade e apropriados para a prestação do serviço.

1.4.2. Notificar a contratante qualquer alteração com relação à substituição de produtos/ equipamentos com 30 (trinta) dias corridos de antecedência.

1.4.3. Os equipamentos de aplicação e recipientes contendo desinfestantes domissanitários deverão ter rótulos que especifiquem a composição qualitativa e quantitativa do produto em questão.

1.4.4. A manipulação e aplicação de produtos devem ser realizadas apenas por funcionários devidamente treinados.

1.4.5. A aplicação de produtos deverá ser orientada pelo Responsável Técnico.

1.4.6. A manipulação e aplicação de desinfestantes domissanitários de uso profissional deverão ser realizadas garantindo a segurança tanto dos operadores quanto dos usuários do serviço e do meio ambiente.

1.4.7. Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfestantes domissanitários e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo par atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender as exigências legais para o transporte de produtos perigosos atendendo ao artigo 14 da Resolução da ANVISA 52/2009. Apresentar documentação atualizada da inspeção veicular.

1.4.8. O transporte de praguicidas deverá atender às exigências da Regulamentação do Transporte de Produtos Perigosos, estabelecida pelo órgão competente do Ministério dos Transportes, sendo o Decreto nº 96.044 de 18 de Maio 1998 e a Portaria nº 204 de 20 de maio de 1997, e os regulamentos vigentes. O veículo será inspecionado pelos gestores.

1.4.9. Para cada desinfestante transportado, deverá existir uma ficha de emergência, com as orientações de segurança, para caso de acidente, bem como os materiais necessários para providenciar o isolamento da área e para as condutas de emergência em caso de acidente, conforme prevê o Regulamento do Ministério dos Transportes.

1.4.10. Os funcionários deverão ser treinados para notificarem as autoridades competentes, aguardando socorro em casos de acidentes e não abandonando o veículo no local.

1.4.11. O veículo deverá ter em local visível a identificação que está transportando praguicida.

1.4.12. A empresa especializada deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.

1.4.13. O destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/importador.

1.4.14. A empresa especializada fica obrigada a inutilizar e destinar as embalagens aos

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A1541E761784152A946287D2436EE9902E

estabelecimentos onde foram adquiridas, no prazo máximo de um ano de data de compra dos respectivos produtos, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniadas e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

### 1.5. Atendimento Emergencial e Garantias

1.5.1. Em eventuais atendimentos de urgência e quando houver necessidades operacionais inadiáveis, em quaisquer áreas previstas no contrato, a contratada deverá realizar o serviço solicitado, independentemente de periodicidade e sem encargos adicionais, com a prévia solicitação da contratante por meio de chamadas emergenciais.

1.5.2. Por se tratar de ambiente hospitalar as intercorrências deverão ser atendidas no prazo máximo de 24 horas, a partir do chamado via e-mail ou telefone.

1.5.3. Mediante intercorrências urgentes, realizar a inspeção local, elaborando diagnóstico da situação através de relatórios.

1.5.4. As chamadas para pronto atendimento de correção do trabalho realizado, reforço ou atendimento emergencial não incorrerão em qualquer ônus adicional ao contrato.

1.5.5. A contratada deverá informar, em documento oficial da empresa, e-mail, números de telefone fixos, celulares, nextel, que possam ser acionados em caso de urgências.

1.5.6. Realizar atendimento imediato em casos de queixas verbais e/ou escrita dos clientes internos.

1.5.7. A Contratada deverá dar, além do prazo durante as aplicações, um prazo final de garantia de 06 (meses) após a última aplicação.

1.5.8. A Contratada deverá aplicar dentro do período de garantia quantas ações corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de pombos.

### 1.6. Demais condições para a execução do serviço

1.6.1. Transportar vertical e horizontalmente os produtos e equipamentos até o local de execução dos serviços.

1.6.2. Manter o local devidamente limpa durante a execução dos serviços e após a conclusão do trabalho, removendo quaisquer resíduos gerados durante a execução dos procedimentos do controle de pombos, tais como entulhos, equipamentos, restos de materiais, resíduos, etc.

1.6.3. Prestar assistência técnica permanente à Contratante durante toda a vigência do contrato.

1.6.4. Emitir certificado de execução dos serviços no mês de referência, constando: Nome e razão social da contratada, endereço, município, data da execução dos serviços e locais de aplicação/ controle/ monitoramento, anexando relatório técnico onde está descrito os procedimentos adotados e produtos utilizados.

1.6.5. A eventual substituição de funcionários, seja no nível operacional ou no nível de Responsável Técnico, deve ser imediata sem ônus à Contratante, mantendo a continuidade da prestação de serviços.

1.6.6. Manter encarregado ou supervisor responsável para realização de atividades relacionadas ao controle e supervisão, a fim de garantir a qualidade do serviço. Este profissional deverá realizar pelo uma visita mensal em cada um dos endereços das unidades da contratante bem como atender aos chamados dos gestores quando necessário.

1.6.7. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A4545E767A452FA946287D2436EE902E

1.6.8. Dar ciência imediata e por escrito à Contratante sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

1.6.9. Implantar de forma adequada em conjunto com o gestor do contrato em cada Unidade, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços.

1.6.10. Prestar esclarecimento quando solicitado e resolver prontamente às reclamações sobre seus serviços.

### 1.7. Demais Obrigações da Contratada

1.7.1. Realizar exame médico periódico em seus funcionários regularmente e dar ciência à Contratante, bem como na admissão e por ocasião de seu desligamento da empresa cumprindo postulados legais do Ministério do Trabalho.

1.7.2. Encaminhar à Contratante cópia do PCMSO, PPRA e certificado para trabalhos em altura (NR35) de funcionários, anualmente.

1.7.3. Fazer seguro de seus funcionários contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato conforme exigência legal.

1.7.4. Responsabilizar-se por roubos, furtos, danos em equipamentos, materiais, e desconexão em eletroeletrônicos, e quaisquer outros prejuízos causados por seus funcionários à Contratante, bem como a terceiros, em função deste contrato, providenciando o imediato ressarcimento do prejuízo, garantido o direito do contraditório e ampla defesa.

1.7.5. Apresentar semestralmente a Carteira de Vacinação dos funcionários atualizada através do programa de imunização ativa contra tétano, difteria, hepatite B e os estabelecidos no PCMSO.

1.7.6. Fazer seguro de seus funcionários contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato conforme exigência legal.

1.7.7. Apresentar quando solicitado, comprovantes de fornecimento de benefícios e dos encargos.

1.7.8. É de responsabilidade da Contratada a observância das normas existentes relacionadas direta ou indiretamente com o objeto a ser licitado.

1.7.9. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

1.7.10. A empresa é obrigada a apresentar ao gestor da Contratante de cada unidade o manual de boas práticas operacionais que contemple a descrição de todas as etapas envolvidas no desenvolvimento das atividades. O manual deverá também estar disponível a todos os funcionários.

## 2. Rotinas a serem cumpridas

**2.1.** A execução contratual observará as rotinas a seguir:

2.1.1. Instalação de barreiras físicas, como redes, telas protetoras e espículas.

2.1.2. Aplicação de gel repelente em pontos estratégicos e locais abertos onde há grande incidência de pouso e permanência das aves.

2.1.3. Uso de repelentes visuais, conforme recomendação técnica.

2.1.4. Monitoramento e manutenção contínua das áreas protegidas.

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C83A1451E761784152FA946287FD2436EE9902E

2.1.5. Limpeza e desinfecção das áreas afetadas pelas aves e locais de abrigo.
2.1.6. Desinsetização feita com pulverização líquida, tendo os piolhos de pombos como pragas alvo.

2.1.7. Fechamento físico de todos vãos do telhado para que os pombos não voltem a ocupar o local em que foi realizado o trabalho de retirada dos mesmos.O fechamento poderá ser realizado de acordo com a realidade do local, utilizando - se telas, redes, espuma expansiva, entre outras.

2.1.8. Inspeção periódica para identificar tentativa de construção de novos ninhos, em visitas mensais, entre 7:00h às 17:30h, de segunda a sexta - feira, conforme cronograma aprovado pelos representantes do Hospital de Clínicas e CAISM.

2.1.9. Segregar, armazenar, transportar e destinar, para tratamento final, os resíduos provenientes das atividades, com tratamento final específico para resíduos de saúde Grupo A.

2.1.10. Realizar o descarte de material infectante com emissão de MTR e CDF.

2.1.11. Fornecer um plano de acompanhamento e monitoramento periódico, com visitas regulares para avaliar a situação, adaptar estratégias e garantir que as soluções aplicadas permaneçam eficazes ao longo do tempo.

**2.2. A prestação do serviço de dará nos seguintes locais**

- **Universidade Estadual de Campinas UNICAMP | Hospital de Clínicas - HC**
  Rua Vital Brasil, nº 251
  Cidade Universitária “Zeferino VAZ” – Distrito de Barão Geraldo
  CEP 13083-888 – Campinas/SP - das 7:00 as 17:30hs

- **Universidade Estadual de Campinas UNICAMP | Hospital de Clínicas - HC, Posto de Coleta**
  Rua Alexander Fleming, 79
  Cidade Universitária “Zeferino VAZ” – Distrito de Barão Geraldo
  CEP 13083-881 – Campinas/SP

- **Universidade Estadual de Campinas UNICAMP | Hospital de Clínicas - HC, Divisão de Suprimentos**
  Rua Vital Brasil, nº 251
  Cidade Universitária “Zeferino VAZ” – Distrito de Barão Geraldo
  CEP 13083-888 – Campinas/SP

- **Universidade Estadual de Campinas UNICAMP | Hospital de Clínicas - HC, Galpão Armazenagem**
  Av. Oswaldo Cruz, 220
  Cidade Universitária “Zeferino VAZ” – Distrito de Barão Geraldo
  CEP 13083-876 – Campinas/SP

- **Universidade Estadual de Campinas UNICAMP | Hospital de Clínicas - HC, Centro Integrado de Nefrologia**
  Rua Vital Brasil, nº 300
  Cidade Universitária “Zeferino VAZ” – Distrito de Barão Geraldo
  CEP 13083-878 – Campinas/SP

- **Universidade Estadual de Campinas UNICAMP | Hospital de Clínicas - HC, Hospital Dia**
  Rua Carlos Chagas, 82
  Cidade Universitária “Zeferino VAZ” – Distrito de Barão Geraldo
  CEP 13083-876 – Campinas/SP

- **Universidade Estadual de Campinas UNICAMP | Hospital de Clínicas - HC, Instituto de Otorrinolaringologia da Unicamp (IOU)**
  Av. Pref. José R. M. Teixeira, 150
  Cidade Universitária “Zeferino VAZ” – Distrito de Barão Geraldo

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A15451E761784152FA946287D2436EE9904E

CEP 13083-891 – Campinas/SP
Das 7:00 as 17:30h

- **Universidade Estadual de Campinas UNICAMP | Hospital da Mulher Prof. Dr. J. A. Pinotti – CAISM**, Rua Alexander Fleming, nº 101 | Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas – São Paulo – 13083-881 – Brasil. - Das 8:30 as 17:00h

- **Universidade Estadual de Campinas UNICAMP | Hospital da Mulher Prof. Dr. J. A. Pinotti – CAISM**, **Seção de Unidade de Reprodução Humana**, Rua Vital Brasil, s/nº - Cidade Universitária Zeferino Vaz – Campinas – São Paulo – Brasil Das 8:30 as 17:00h.

**3. Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

3.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**3.1.1. Hospital de Clínicas, metragem total: 80.860 m²**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | SOLICITANTE | ÁREA (M²) | UNIDADE FORNECIMENTO |
|---|---|---|---|---|
| 01 | Contratação de empresa especializada para controle de pombos | Hospital de Clínicas | 69.78 2m² | m² |
| 02 | Contratação de empresa especializada para controle de pombos | Hospital de Clínicas - Posto de Coleta | 464 m² | m² |
| 03 | Contratação de empresa especializada para controle de pombos | Hospital de Clínicas - Divisão de Suprimentos | 470 m² | m² |
| 04 | Contratação de empresa especializada para controle de pombos | Hospital de Clínicas - Galpão de Armazenagem | 224 m² | m² |
| 05 | Contratação de empresa especializada para controle de pombos | Hospital de Clínicas - Centro Integrado de Nefrologia | 1400 m² | m² |
| 06 | Contratação de empresa especializada para controle de pombos | Hospital de Clínicas - Hospital Dia | 1520 m² | m² |
| 07 | Contratação de empresa especializada para controle de pombos | Hospital de Clínicas - Instituto de Otorrinolaringologia (IOU) | 7000 m² | m² |

**3.1.2. CAISM, metragem total 18.416,05 m²**

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | SOLICITANTE | ÁREA (M²) | UNIDADE FORNECIMENTO |
|---|---|---|---|---|
| 02 | Contratação de empresa especializada para controle de pombos | CAISM | 18.000 m² | m² |

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C83A1451E761784152FA946287D2436EE9902E

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 03 | Contratação de empresa especializada para controle de pombos | CAISM - Seção de Unidade de Reprodução Humana | 416,05 m² | m² |

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C83A1451E761784152FA946287FD2436EE9104E

**TERMO DE REFERÊNCIA**
**SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS**
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**ANEXO II**
**MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO DGA SAÚDE Nº**
**OBJETO: Contratação de ……..**

**HC**

| Item | Solicitante | Área (m²) [A] | Unidade de Fornecimento | Custo unitário (R$ / m²) [B] | Custo Mensal [C] = [A] x [B] |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Hospital de Clínicas | 69.782 | m² | | |
| 02 | Hospital de Clínicas - Posto de Coleta | 464 | m² | | |
| 03 | Hospital de Clínicas - Divisão de Suprimentos | 470 | m² | | |
| 04 | Hospital de Clínicas - Galpão de Armazenagem | 224 | m² | | |
| 05 | Hospital de Clínicas - Centro Integrado de Nefrologia | 1400 | m² | | |
| 06 | Hospital de Clínicas - Hospital Dia | 1520 | m² | | |
| 07 | Hospital de Clínicas - Instituto de Otorrinolaringologia ( IOU) | 7000 | m² | | |
| **CUSTO TOTAL HC (MENSAL):** | | | | | |
| **CUSTO TOTAL HC (12 MESES) [D]:** | | | | | |

**CAISM**

| Item | Solicitante | Área (m²) [A] | Unidade de Fornecimento | Custo unitário (R$ / m²) [B] | Custo Mensal [C] = [A] x [B] |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | CAISM | 18.000 | m² | | |
| 02 | CAISM- Seção de Unidade de Reprodução Humana | 416,05 | m² | | |
| **CUSTO TOTAL CAISM (MENSAL):** | | | | | |
| **CUSTO TOTAL CAISM (12 MESES) [E]:** | | | | | |

| CUSTO TOTAL HC (R$) [ D ] | CUSTO TOTAL CAISM (R$) [ E ] | CUSTO GLOBAL ANUAL (R$) [ F ] = [ D ] + [ E ] |
|---|---|---|
| | | |

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A4545E761784152FA946287FD2436EE9904E

**TERMO DE REFERÊNCIA**
**SERVIÇOS COMUNS - CONTÍNUOS**
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

## ANEXO III

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

### 1. Objetivo

O presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR) tem por finalidade definir os critérios, indicadores e parâmetros objetivos de avaliação do desempenho da empresa contratada, vinculando o pagamento à efetividade e qualidade da prestação dos serviços de controle de pombos.

### 2. Indicadores de Resultado e Critérios de Avaliação

| Indicador | Descrição | Meta | Medida | Peso (%) |
|---|---|---|---|---|
| Atendimento do Cronograma | Realização das visitas técnicas conforme o cronograma contratual, demonstrando o cumprimento da rotina de manutenção. | 100% das visitas realizadas conforme cronograma | visitas programadas / visitas realizadas conforme cronograma | 20% |
| Quantidade de dias sem ocorrência com pombos | Quantidade de dias no mês sem a detecção de ocorrências relacionadas à presença indesejada de pombos (acúmulo de sujidade, presença de piolhos, ninhos, etc.). | 95% dos dias do mês sem ocorrências com pombos | dias sem ocorrência / 30 | 60% |
| Atendimento a Chamados Extraordinários | Atendimento de chamados urgentes dentro do prazo e critérios estabelecidos no contrato. | 100% dos chamados atendidos | quantidade de chamados atendidos / quantidade de chamados recebidos | 20% |
| | | | **FATURAMENTO** | **100%** |
| **Nota Final =** (20% * Atendimento do Cronograma) + (60% * Qtd. dias sem ocorrência) + (20% * Atendimento Extraordinário) | | | | |

Observação: O pagamento mensal será liberado apenas mediante a entrega de relatórios técnicos das ações realizadas no mês de referência, além da entrega do certificado de atendimento dos serviços de controle de pombos no hospital.

Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código C8A4545E761784152FA946287FD2436EE9902E

Documento assinado eletronicamente por FAYOLA ORON PINHEIRO DE OLIVEIRA, COORDENADOR DE SERVIÇO, em 02/09/2026, às 15:16 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por RICARDO NASCIMENTO TRONCHIN, COORDENADOR DE SERVIÇO, em 03/09/2026, às 07:17 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por ANTONIO CESAR DA SILVA, SUPERVISOR DE SEÇÃO, em 02/09/2026, às 17:10 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por JOSIANE NAZARETH BENEDITO EVERTON, TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, em 02/09/2026, às 15:02 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

**A autenticidade do documento pode ser conferida no site: sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador: A38A54B3 C61A4DDA 99DB7D84 646BD12E**

UNICAMP
SIGAD

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**ADMINISTRATIVO**

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

6.1.1. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.7. Antes do início da prestação dos serviços, a empresa deverá entregar a documentação necessária à emissão de crachás, assim como a liberação pela Segurança do Trabalho, deverá ocorrer conforme disposto no Manual de Segurança da Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr/DGRH/UNICAMP, disponível no endereço eletrônico: https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf

6.7.1. A Contratada deverá atender às exigências relativas à segurança, higiene e saúde do trabalhador, procedimentos internos à Universidade, assim como as regras estabelecidas pela legislação vigente, devendo participar do treinamento denominado Integração de Segurança do Trabalho, na Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr, seguindo as orientações contidas no Manual de Segurança do Trabalho.

### 6.8. Garantia da Contratação

6.8.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código B27CFE1E-752F4524-9862AF04-23552940

### 6.9. Fiscalização

6.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.9.2. O fiscal do contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, consoante as atribuições previstas no Art. 16 da Resolução GR nº 14/2023.

### 6.10. Gestor do contrato

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual, com apoio dos fiscais do contrato, assegurando o controle dos prazos do contrato; a manutenção das condições de habilitação da contratada; a disponibilidade prévia de empenho, o pagamento, as garantias e as glosas; a formalização de apostilamento e termos aditivos, bem como as demais atribuições necessárias à plena execução do contrato estabelecidas no Art. 14 da Resolução GR nº 14/2023.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 7.1. Medição

7.1.1. A medição obedecerá às condições contidas no Item 5.5 e subitens deste Termo de Referência.

### 7.2. Liquidação

7.2.1. Recebido definitivamente o objeto ou a parcela de referência, e mediante ateste da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão iniciados os prazos para liquidação e pagamento correspondente, limitando-se este último ao estabelecido no item 7.3 do Termo de Referência.

7.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

### 7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento provisório do objeto, mediante apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente.

7.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código B27CFE1E-752F4524-9B62AF02-3B5E2940

### 7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A sob a titularidade da Contratada, conforme Decreto Estadual nº 66.000/2021.

7.4.1.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.4.2. O Contratante, por ocasião do pagamento, efetuará a retenção de tributos determinada por normativas vigentes, ainda que não haja indicação de retenção no documento fiscal apresentado. As retenções não realizadas no pagamento ao fornecedor tempestivamente poderão ser objeto de desconto em pagamentos futuros.

7.4.2.1. As retenções tributárias efetuadas pela contratante, sobre as contratações de serviços prestados, observam as seguintes normativas:

a) Instrução Normativa nº 1.234, de 2012 exclusivamente para Imposto sobre a renda (IR). Devido à ausência de convênio entre o Estado de São Paulo e a União, o Contratante não efetuará retenção das contribuições para o PIS, COFINS e CSLL, motivo pelo qual o Contratado não deverá destacar tais contribuições nos respectivos documentos fiscais.

b) Lei Complementar Federal nº 116, de 2003, Le do Município de Campinas nº 12.392, de 2005, Lei do Município de Limeira nº 1.890, de 1983, Lei Complementar do Município de Paulínia nº 88, de 2022 e Lei do Município de Piracicaba nº 224, de 2008, em relação ao ISSQN.

c) Instrução Normativa 2110, de 2022, em relação ao INSS.

7.4.3. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto nos casos em que, por força da legislação vigente, essas retenções sejam devidas.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### 8.2. Regime de Execução

8.2.1. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

### 8.3. Exigências de habilitação



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código B27CFE1E-752F4524-9862AF02-3B5929A0

8.3.1. Previamente à celebração do contrato ou emissão de Instrumento equivalente (Autorização de Fornecimento, nota de empenho ou outro), a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);

d) Consulta de SANÇÕES do Estado de São Paulo: https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx ;

e) Consulta de Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP): https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados;

8.3.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos descritos nos itens seguintes, conforme sua natureza jurídica.

**8.4. Habilitação jurídica**

8.4.1. **Pessoa física**: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.4.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.5. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código B27CFE1E 752B4524 9B62AF02 3B5E2940

8.4.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 8.6. Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1. Não será exigida qualificação econômico-financeira na presente contratação.

### 8.7. Qualificação Técnica

8.7.1. A qualificação técnica obedecerá às condições contidas no Item 4.1 e subitens deste Termo de Referência.

### 8.8. Outras comprovações

8.8.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, mediante:



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código B27CFE1E-752F4524-9862AF02-3B5E2940

8.8.1.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.8.1.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.8.1.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8.1.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.8.2. Será admitida a participação de cooperativas, mediante apresentação da seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

8.8.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.8.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.8.2.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código B27CFE1E-752F4524-9B62AF02-3B5E2F40

8.8.2.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.8.2.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.8.2.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.8.2.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.8.3. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.4. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8.6. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Universidade Estadual de Campinas, conforme abaixo:

Fonte de Recurso:Tesouro

Funcional Programática Legal (FPL): 10.302.0930.5274

Classificação Econômica:3339.36

Campinas, 14 de outubro de 2026.



Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código B27CFE1E-752F4524-9B62AF02-3B5E2F04

**Minuta 1.2.2.5 aprovada pelo**

**Parecer PG nº 1176, de 2025 e**

**Despacho PG nº 2444, de 2025**

_____

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



Versão 09/05/2025
Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código B27CEF5E-7528452F-9862AF04-23559404

Documento assinado eletronicamente por ADRIANA MARIA DOS SANTOS, TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, em 14/10/2026, às 17:20 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA CRISTINA DA VEIGA, COORDENADOR DE SERVIÇO, em 14/10/2026, às 17:24 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

**A autenticidade do documento pode ser conferida no site: sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador: B2705FED E52F4B94 98B64A04 2D892E4D**

UNICAMP
SIGAD

Aprovado segundo Parecer PG nº1482, de 2024 e Despacho PG nº3125, de 2024

**Contrato XX/XXXX**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

(Processo Administrativo n° 01-P-42907/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS** E A EMPRESA .....

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica de regime especial do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 46.068.425/0001-33, neste ato representada pelo(a) .....(nome),–portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., *sediado(a) na* ....., *em* ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome), tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do (Pregão Eletrônico - DGA Saúde) nº ...../....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. Cláusula primeira - do objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Controle de Pombos , nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | Contratação de empresa especializada para controle de pombos. Hospital de Clínicas - HC: 80.860,00 m² / mês Hospital da Mulher - CAISM: 18.416,05 m² / mês CÓD. ITEM: 966343 | 20699 | m² | 1.191.312,6 | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. Em caso de conflito entre os documentos mencionados no subitem 1.3, por ser mais específico, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

**2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.7. A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

**3. Cláusula terceira - modelos de execução e gestão contratuais**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. Cláusula quarta – subcontratação**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. Cláusula quinta - preço**

5.1. O valor total estimado da contratação é de R$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**6. Cláusula sexta – pagamento**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. Cláusula sétima - reajuste**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (25/09/2026).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPC-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. Cláusula oitava - obrigações do contratante**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10.1. O prazo referido no parágrafo nono desta cláusula não se iniciará enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para adequada instrução do requerimento.

8.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. Cláusula nona - obrigações do contratado**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

9.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.22. Apresentar a planilha de composição de custo em até 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**11. Cláusula décima primeira - garantia de execução**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a. der causa à inexecução parcial do contrato;
b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c. der causa à inexecução total do contrato;
d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**IV. Multa Contratual:** que não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável porqualquer infração administrativa ou descumprimento de qualquer das cláusulas estipuladas no presente contrato.

**V. Multa de Mora:** calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, observando-se a relação proporcional dos dias de atraso com o prazo de entrega ou execução contratualmente estabelecido, na forma a seguir disposta:

1. Para atraso de até 25% (vinte e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) por dia de atraso;

2. Para atraso entre 25,01 (vinte e cinco vírgula zero um) e 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

dia de atraso;

3. Para atraso entre 50,01 (cinquenta vírgula zero um) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso;

4. Para atraso superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso.

**V.1.** O percentual de atraso será obtido por meio da divisão do número de dias de atraso pelo prazo contratualmente estabelecido e, posteriormente, multiplicado por 100 (cem), com arredondamento em duas casas decimais.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Além das disposições previstas na Cláusula Décima Segunda, a aplicação das sanções


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

previstas no presente contrato deverá observar o disposto na Resolução GR-19/2023.

**13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**14. Cláusula décima quarta - dotação orçamentária**

14.1. As despesas serão pagas através de recursos orçamentários a conta da(s) funcional(is) programática(s) 10.302.0930.5274 no elemento econômico 3339-36.

**15. Cláusula décima quinta - dos casos omissos**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16. Cláusula décima sexta – alterações**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**17. Cláusula décima sétima – publicação**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**18. Cláusula décima oitava – foro**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito.

Campinas, [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO


Documento assinado. Verificar autenticidade em sigad.unicamp.br/verifica
Informar código CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904

Documento assinado eletronicamente por PATRICIA FERRARI SCHEDENFFELDT, COORDENADOR DE DIVISÃO, em 15/10/2026, às 15:20 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.

**A autenticidade do documento pode ser conferida no site: sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador: CEA1E15E 7BF8452F B4628FD2 365E9904**

UNICAMP
SIGAD